
Desconstruindo falas do falo

Nordestino: uma invenção do falo
– uma história do gênero masculino
(Nordeste – 1920/1940).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de.

Maceió: Edições Catavento, 2003. 256 p.

Quando Durval Muniz de Albuquerque Júnior parafraseia Paul Veyne na página 21 da introdução de *Nordestino: uma invenção do falo* dizendo que, “se tudo é história dos homens, logo ela não existe”, ele já anuncia a que veio: seu livro não é uma história dos homens enquanto espécie, mas sim do gênero masculino, pois não dicotomiza os gêneros masculino e feminino como realidades distintas e homogêneas, como fez boa parte da historiografia das mulheres, dos excluídos, da sexualidade e até do gênero inspirada no marxismo, o que permitiu a essa historiografia concluir que toda a memória da sociedade e toda a história da humanidade fossem dos homens; outrossim, esse livro, não é uma história assentada na idéia da existência de uma “psique feminina” em oposição a uma “psique masculina” de experiências assimétricas de um “eu masculino” – racional, pragmático e utilitário – e um “eu feminino” – irracional, sentimental, fantasioso –, idéia tão cara a autores como Nancy Chodorow, Joseph Pleck e David Lisak; tampouco, não é um livro que não se sobrepõe à dicotomia entre esfera pública e esfera privada imposta, sobretudo, por Habermas; ainda, não é um livro que traz um discurso vitimário ou masculinista, o qual fornece aos homens um estatuto de vítima de um conjunto de fatores psíquicos e sociais – discurso que acabou ganhando adeptos no Brasil como Sócrates Nolasco. É, pois, uma pesquisa minuciosa, contando pelo menos quatro anos de trabalho, que tem por objetivo principal a análise, sob uma perspectiva de gênero, da construção histórica e cultural da identidade do nordestino tal qual ainda hoje nos é transmitida: “cabra macho”, “cabra da peste”, símbolo da virilidade e da força, “valentão”, bravo, entre outros... Constitui-se, também, como intenção do autor

de desconstruir essa imagem que vem sendo desenhada e redesenhada por uma extensa produção cultural e intelectual desde o começo do século XX.¹

Albuquerque Júnior, doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutor em Educação pela Universidade de Barcelona, depois de publicar *A invenção do Nordeste e outras artes* (Cortez/Massangana, 1999) e vários livros e artigos – boa parte tendo como temática central o gênero masculino –, acaba de publicar esta obra que figura entre as primeiras produções brasileiras em história sobre masculinidade.

Somando 256 páginas, *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*, que se encontra dividido em dois capítulos, sendo o primeiro “A feminização da sociedade” e o segundo “A invenção de um macho”, tem uma ampla e rigorosa pesquisa em jornais impressos, principalmente no *Diário de Pernambuco*, textos históricos e memorialistas, romances, artigos e obras clássicas de autores como, entre outros, Gilberto Freyre, Luiz da Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda e Euclides da Cunha.

No primeiro capítulo, trabalhando basicamente com a obra *Ordem e Progresso* de Gilberto Freire e com material de articulistas do *Diário de Pernambuco*, o autor recompõe um discurso tradicionalista em que as mudanças sociais que aconteceram no Nordeste desde o final do século XIX até os anos 1940 eram vistas como um processo de feminização da sociedade. As mudanças que propendiam para a quebra das hierarquias sociais, o avanço da modernidade, a ascensão da República e a progressiva vitória da cidade sobre o campo eram descritas a partir de imagens que remetiam a significados de gênero em que a sociedade estaria se feminizando. Esse discurso agenciava um conjunto de metáforas em que as mudanças históricas passavam a ser vistas no feminino, ou seja, mulheres que solapavam o lugar tradicional dos homens, o lugar de pai, de patriarca, e constatavam com angústia um tempo de homens que se desvirilizavam. Processo que Gilberto Freyre descreveu como sendo aquele que levou ao declínio do que chamou de sociedade patriarcal.

Inicialmente o autor mostra como, nos discursos masculinos, as fronteiras de gênero

pareciam estar se misturando: as mulheres usavam cabelo *à la garçon* e os homens raspavam suas barbas. Por um lado, o refinamento da vida moderna, exigido pela moda, levava os homens a uma delicadeza de falas, gestos e atitudes. “Os homens duros de antigamente agora amoleciam, perdiam a virilidade, a potência” (p. 49). Por outro lado, constatava-se a participação crescente das mulheres na vida pública, particularmente no mundo das letras, o que deixava os homens ansiosos, pois freqüentemente o discurso masculino procurava reafirmar a superioridade do intelecto masculino sobre o feminino, o que, para o autor, mostra que os homens já não estavam mais seguros disso. Essas mudanças revelam um processo de horizontalização dos costumes, em que a verticalidade e a hierarquia estariam sendo ameaçadas pelo alastramento do feminino pela sociedade, pela supressão das fronteiras entre etnias e raças – conseqüente à Abolição –, pelo progressivo acesso ao mundo da política de parcelas da sociedade, antes excluídas, com o advento da República e pela *débâcle* da sociedade dita patriarcal.

O autor detalha como a República foi vista como um regime de política desvirilizada através de uma série de metáforas que remetiam aos papéis de gênero, e a imagem que se pretendia construir era a de um processo de passagem de um período marcado pela simbólica do masculino para um período marcado pela simbólica do feminino, em que até alguns fundadores da República seriam homens quase sempre “prejudicados pela tal delicadeza feminina” (p. 87); esse trabalho nos ajuda a perceber como a emergência da participação política da mulher e a emergência do feminismo concorrem para esse processo de feminização da sociedade, o que para Gilberto Freire seria outro indício da ruína da família patriarcal.

A vitória no plano econômico e no plano político da cidade sobre o campo, vista por Gilberto Freire como fator decisivo para o que identificou como crise da sociedade patriarcal, foi reconhecida pelo discurso memorialista como um distanciamento progressivo entre o homem e a natureza; os homens nesse momento se aproximavam da superficialidade, da histeria e da frivolidade da cidade – características designadas como pertencentes ao mundo feminino – e se afastavam da natureza, da vida familiar do campo e das casas de engenho, expressões da solidez de poder e fortuna das famílias patriarcais. A modernidade da cidade trouxera a velocidade do automóvel em

detrimento do cavalo de sela, símbolo de distinção e de masculinidade; trouxera o crescimento da prostituição em função do fim da proteção que, na sociedade patriarcal, era dada, pelos homens poderosos, às meninas pobres que defloravam e da substituição progressiva das prostitutas nacionais por estrangeiras; trouxera o aumento do número de suicídios entre os homens, o que parecia demonstrar o enfraquecimento do sexo masculino, “que vinha se deixando levar, cada vez mais, pelos desatinos do coração, como faziam as mulheres” (p. 115); trouxera a desnacionalização e a desvirilização da culinária e a desvalorização das manifestações de cultura popular; enfim, a modernidade, aparece no discurso tradicionalista como uma “mulher devoradora, que não perde tempo em deformar e destruir as manifestações viris da tradição patriarcal” (p. 123-124). Para Durval, a vitória da cidade sobre o campo aparece no discurso tradicionalista como fazendo parte de uma tendência de suavização da vida, de desvirilização dos costumes, de horizontalização das hierarquias, de desnaturalização da existência e de introdução do artifício da sedução, apanágio feminino, em toda a sociedade, tornando superficial a vida na cidade.

Após apresentar essas preocupações e angústias do discurso tradicionalista diante das mudanças vivenciadas no começo do século XX, o autor encerra o primeiro capítulo com uma excelente reflexão sobre a invenção do patriarcalismo, conceito que atravessa todo o seu trabalho. O autor não está interessado em analisar em que medida o patriarcalismo é a realidade da Colônia ou do século XIX. Seu interesse está em se perguntar por que, no começo do século passado, intelectuais como Gilberto Freyre descrevem esse período como patriarcal. Seu interesse é a emergência desse conceito, a que práticas discursivas e não-discursivas ele está ligado. Antes de se preocupar se o conceito dá ou não conta da realidade, o autor preocupa-se em historicizá-lo. Para ele, o conceito de patriarcalismo emerge a partir de uma reação a esse processo que o próprio Freyre e o discurso tradicionalista vinham identificando como feminização da sociedade. Aquela sociedade marcada pelo poder masculino, pelo império dos pais, sociedade das parentelas, fundamentada em relações paternalistas, se modificava progressivamente por um processo visto como de desvirilização, de declínio de um dado modelo de masculinidade em que as fronteiras de gênero

se confundiam. Nessa linha de raciocínio, a noção de patriarcalismo é mais uma metáfora do que um conceito; uma grande imagem que ajuda a descrever um período. Ora, a noção de patriarcalismo não pode ser entendida fora desse momento histórico vivido pelo autor, que o identifica como um momento de declínio do masculino.

Para além dos críticos do patriarcalismo, como Thompson,² por exemplo, Durval Muniz diz que “o problema da noção de patriarcalismo [...] não está precisamente na descrição insuficiente que faria do passado, mas nas motivações que embasam esta leitura do presente e sua repercussão posterior para o entendimento da história brasileira” (p. 141). “O fato de o termo não descrever a totalidade das relações, ser frouxo, não o invalida, pois não nos parece que o seja mais do que termos como ‘feudalismo’ ou ‘burguês’: estes também são abstrações, generalizações que estão longe de descrever toda a trama social num dado período histórico” (p. 143).

No segundo capítulo, recuperando o discurso que chama de regionalista, Albuquerque Júnior estuda a emergência da idéia de Nordeste e de nordestino. Nessa empreitada o autor nos mostra que o recorte regional Nordeste e a identidade regional nordestina surgem em torno dos anos 20 do século passado se configurando lentamente até se afirmar, de forma definitiva, a partir dos anos 30. Apesar de surgir como termo para designar a área de atuação da Inspeção de Obras Contra as Secas, o recorte regional Nordeste, no discurso das elites, aos poucos, vai ganhando conteúdo histórico, cultural, econômico, político e até artístico.

O autor é rigoroso na análise de uma série de enunciados desse discurso regionalista que concorrem para a emergência da idéia de Nordeste e nordestino. Aos temas da seca e da crise da lavoura, passando pelo Movimento Regionalista e Tradicionalista – encabeçado por Gilberto Freyre – e pela literatura de cordel, somar-se-á um discurso eugenista de cunho evolucionista na configuração e construção do Nordeste enquanto recorte regional e do nordestino enquanto termo que surge para nomear os habitantes de uma área inicialmente compreendida entre os estados de Alagoas e Ceará e às vezes aplicado, com menos frequência, para nomear também os habitantes do Piauí e do Maranhão.

Segundo o Durval, “a elaboração da figura do nordestino vai se dar pelo cruzamento de conceitos, temas e enunciados vinculados à

formação discursiva naturalista, com conceitos, temas e enunciados vinculados à formação discursiva nacional-popular de matriz culturalista” (p. 164). Analisando esse discurso, o autor nos mostra como a identidade regional nordestina é inventada como uma “reação viril” diante da passividade da região; o tipo nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. É interessante lembrar que, de acordo com o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda a espécie humana, pois a idéia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura.

Assim, o autor recupera com muita competência o discurso “iridescente” do nordestino. Um tipo regional que emerge de um discurso eugenista que procurava naturalizar os comportamentos e valores do nordestino; de um discurso antropogeográfico que procurava explicar as características físicas, os traços subjetivos e os códigos culturais do nordestino como produto da natureza particular da região; de um discurso literário que desenhava o nordestino como aquele que partilhava da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso em uma região que até a mulher é “macho sim senhor”; de um discurso que agenciava uma série de imagens e enunciados que constituíam os tipos regionais anteriores como o sertanejo, o brejeiro, o praeiro, o vaqueiro, o coronel, o senhor de engenho, o caboclo, o matuto, o beato e o retirante; enfim, de discursos tradicionalistas ou regionalistas que localizam o fato como significante central na forma de ser do nordestino. “Assim, a figura do nordestino ao ser gestada, nos anos vinte, vai agenciar toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e, acima de tudo, desenhados com apanágios masculinos” (p. 227).

Notadamente de inspiração metodológica na obra de Michel Foucault,³ especialmente o seu “método arqueológico”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior apresenta um trabalho de muito valor para as ciências humanas e para os estudos de gênero e história cultural no Brasil. Mas, também, de igual importância para a sociedade atual que ainda se depara com relações hierárquicas e desiguais entre gêneros, etnias e gerações. Procurando “desconstruir as falas que inventaram o falo”, o autor contribui assim com

um trabalho que ajuda a pensar e ver aqueles que foram reunidos sob o termo de nordestinos e aquela região que foi designada como Nordeste de forma plural.

¹ VEINE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília, EDUNB, 1982; CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978; CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990; PLECK, Joseph. "Men's Power with Women, other Men and Society: a Men's Movement Analysis." In: KIMMEL, Michael S., and MESSNER, Michael A. (eds.). *Men's Lives*. Boston: Allyn and Bacon, 1994, p. 33-41, apud OLIVEIRA, Pedro Paulo. "Discursos sobre a masculinidade". *Revista Estudos*

Feministas, IFCS/UF RJ, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998; LISAK, David. "Sexual Aggression, Masculinity and Fathers." *Signs*, v. 16, n. 2, Winter, 1991, apud OLIVEIRA, Pedro Paulo. Op. cit.; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

² THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Fernando Vojniak ■

Universidade Federal de Santa Catarina

"Mulheres italianas" e imaginário coletivo

Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências.

FAVARO, Cleci Eulália.

Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 258 p.

Cleci Eulália Favaro teve sua formação no Rio Grande do Sul: graduou-se em História pela Universidade de Caxias do Sul, concluiu mestrado (1986) e doutorado (1995) pela PUC-RS, e desde 1990 é professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo. Ao longo de sua trajetória acadêmica, vem se especializando em discutir as relações de trabalho no espaço urbano industrial da sociedade do Rio Grande do Sul a partir da inserção dos imigrantes de origem européia – e, de modo especial, das mulheres – na região estudada. Dentro desse recorte temático, questões como representações, relações de gênero, história da família e história econômica vêm sendo contempladas com base em amplo trabalho de pesquisa, publicado em revistas e congressos de história.

Na obra *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*,¹ Favaro defende a tese de que é preciso romper com o mito ainda presente no imaginário coletivo de que a mulher italiana teria atravessado o Atlântico e se

instalado no Sul do Brasil sem sofrer qualquer alteração de seus valores, práticas e lutas. A autora analisa o mito da *mamma* – ora representado pela mulher laboriosa e resignada, ora dominadora e corajosa – na perspectiva de desconstruí-lo, visando a forjar um novo conhecimento histórico que contemple a participação de tais mulheres na formação histórica, cultural, política e econômica da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX. A autora defende a validade de seu trabalho afirmando que as mulheres foram excluídas da história da imigração italiana do Rio Grande do Sul. Usando o recurso da história oral, na modalidade história de vida, Favaro percebe que as lembranças daquelas mulheres são profundamente vinculadas à história de suas famílias e às suas experiências de gênero.

No primeiro capítulo ("*La donna (in)móbile*: uma aproximação histórica ao tema"), a autora estabelece um debate com Engels² na expectativa de refletir sobre o papel da mulher a partir da origem da família, da propriedade privada e do Estado. A análise aponta que, primeiro, com o surgimento da propriedade privada e, depois, do Estado, o papel da mulher passou a ser hierarquizado e submetido a mecanismos de controle, como o casamento institucional e códigos que legitimavam os direitos de herança. Com o advento e expansão do capitalismo, acentuou-se consideravelmente a distinção entre o público e o privado. Nas sociedades industrializadas, entre os séculos XV